ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhores deputados! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra, o segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados! *"Ata da Trigésima Primeira Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* ***PEQUENO EXPEDIENTE*** *- Lida e aprovada a Ata Trinta e Oito da Trigésima Sessão Ordinária. Não houve expedientes a serem lidos.* ***SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE*** *- Usaram da palavra os deputados Pedrossian Neto, Junior Mochi, Pedro Kemp, Gleice Jane e Renato Câmara.* ***GRANDE EXPEDIENTE*** *- Usou da palavra o deputado João Henrique.* ***ORDEM DO DIA*** *- Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 72/2023, de autoria do deputado Junior Mochi. Foi pedido vista pelo deputado Rafael Tavares do Projeto de Lei nº 167/2022, de autoria da deputada Mara Caseiro, e do Projeto de Lei nº 76/2023, de autoria do deputado Pedro Kemp. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 5/2023, de autoria do Tribunal de Contas; Projeto de Lei nº 78/2023, de autoria do deputado Rafael Tavares. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos familiares de Luiza Souza Nascimento Dourado; requerimento, de autoria do deputado Rafael Tavares, solicitando a reserva do Plenário Julio Maia para a realização do 2º Seminário sobre Doutrinação Ideológica no Ensino, para o dia 4 de maio de 2023, quinta-feira, das 17 horas às 21 horas; requerimento, de autoria da deputada Gleice Jane, solicitando a realização de audiência pública com o tema "Revoga Novo Ensino Médio", em parceria com o vereador Elias Ishi (PT-Dourados), no dia 27 de abril de 2023, às 19 horas, em Dourados; requerimento, de autoria do deputado Pedro Kemp, solicitando o uso da tribuna pela Federação dos Trabalhadores em Educação no dia 27 de abril de 2023; requerimento, de autoria dos deputados signatários, solicitando a criação da Frente Parlamentar em Apoio aos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate a Endemias; indicações, de autoria dos deputados Lucas de Lima, Pedro Kemp, Renato Câmara, Zeca do PT e Rafael Tavares. O senhor presidente suspendeu a Sessão Ordinária para o uso da tribuna pela senhora Hella de Fátima Maeda, juíza federal do Trabalho e coordenadora do Programa Trabalho Seguro, que tratou sobre a Campanha de Conscientização da Justiça do Trabalho para a Redução de Acidentes e Doenças Ocupacionais, com especial atenção ao Abril Verde.* ***EXPLICAÇÕES PESSOAIS*** *-*

Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e seis de abril do ano de dois mil e vinte e três". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados e senhoras deputadas! Expediente da Sessão Ordinária do dia 27 de abril de 2023: Ofício nº 496/2023, do Ministério da Saúde – Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos, respondendo ao requerimento do deputado Renato Câmara; Moção de Pesar nº 2/2023, da Câmara Municipal de Dois Irmãos do Buriti, encaminhada à Casa pelo passamento do deputado Amarildo Cruz; Cartas nºs 367 e 452/2023, da Águas Guariroba, respondendo às indicações dos deputados Pedro Kemp e Jamilson Name. Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, peço-lhe permissão para ler minhas indicações aqui da mesa. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Anderson Gonzaga da Silva Assis, secretário municipal de Segurança e Defesa Social, solicitando a intensificação da ronda da Guarda Civil Metropolitana no entorno da Escola Municipal de Educação Infantil Paulino Romeiro Pare, situada na Rua Tabaúna, no conjunto Novos Estados. Justificativa: Os moradores do Conjunto Novos Estados relatam o aumento do número de pessoas estranhas à comunidade no entorno da escola, principalmente nos horários de entrada e saída dos alunos. Outra indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Vanda Cristina Camilo, prefeita municipal de Sidrolândia, com cópia ao senhor Renato Marcilio da Silva, diretor-presidente da Sanesul, solicitando providências urgentes no sentido de solucionar o vazamento constante na rede de esgoto na aldeia urbana Nova Tereré. Por último, tenho um requerimento. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Magnífico Reitor Laércio Alves de Carvalho, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, solicitando informações referentes à existência de vagas ociosas ou de vagas destinadas à transferência externa de acadêmicos para o Curso de Medicina da Uems. E, se de fato houver, qual a previsão de realização de processo seletivo para preenchimento das vagas. Esta solicitação nos foi encaminhada por estudantes de Medicina que estudam em outros estados e precisam retornar a Mato Grosso do Sul. Conforme informado pelos interessados, existem casos de transferência de acadêmicos do curso de Medicina para outras localidades do país ou para outros cursos, mesmo havendo vagas em alguns semestres de Medicina. Os acadêmicos

dizem que é difícil obter informações junto aos meios disponíveis de comunicação. Portanto, solicitamos informações. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, colegas parlamentares, quero ler uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, com fulcro no artigo 173, XVI, do Regimento Interno, que seja enviada moção de congratulação ao Jornal Midiamax, pelo reconhecimento a este parlamentar, à advocacia, e às referências feitas ao meu trabalho em defesa do ajuizamento de ação contra uma companhia aérea que descumpriu o Código de Defesa do Consumidor. Este parlamentar ficou surpreso e extremamente agradecido pela propaganda que o Midiamax fez do meu trabalho ao destacar que nós estamos pleiteando, através de uma ação condenatória ressarcitória, a indenização pelo descumprimento do Código de Defesa do Consumidor por parte da companhia área em questão. É uma honra ser citado nos noticiários de maneira positiva. Eu, senhor presidente — para aqueles que não sabem e que quiserem me procurar — sou advogado. Eu trabalho de maneira independente, presidente, assim como Vossa Excelência, que também tem um escritório de advocacia. A gente não para nas manchetes de jornais de maneira positiva todos os dias. Portanto, eu solicito a inclusão na pauta, nos termos do Regimento Interno, desta moção de congratulação ao Jornal Midiamax, para que possamos votá-la hoje.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PL) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, eu quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Empreendimentos de Mato Grosso Sul, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando a construção de calçadas na margem direita da rodovia MS-215, entre as ruas Marcílio Atanásio Fontoura e Agripino Lima, no município de Pedro Gomes. A presente indicação atende a um pedido do vereador Sandoval Alves de Oliveira. Documentação anexa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PL) — Em atendimento à solicitação do deputado João Henrique, esta presidência inclui na Ordem do Dia de hoje a moção de congratulação ao Jornal Midiamax. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: uma indicação (Prot. nº 01884/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 01883/2023). De autoria do deputado João Henrique: uma moção de congratulação (Prot. nº 01898/2023). De autoria do deputado João Mattogrosso: sete indicações (Prot. nºs 01887/2023, 01888/2023, 01889/2023, 01890/2023, 01891/2023, 01892/2023, 01893/2023). De autoria da deputada Lia Nogueira: oito indicações (Prot. nºs 01911/2023, 01912/2023, 01913/2023, 01914/2023, 01915/2023, 01916/2023, 01917/2023, 01918/2023); um

requerimento (Prot. nº 01921/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 01919/2023). De autoria do deputado Londres Machado: uma moção de congratulação (Prot. nº 01894/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: quatro indicações (Prot. nºs 01929/2023, 01928/2023, 01930/2023, 01931/2023); um projeto de lei (Prot. nº 01924/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: uma indicação (Prot. nº 01920/2023). De autoria do deputado Paulo Corrêa: um projeto de lei (Prot. nº 01922/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: três indicações (Prot. nºs 01926/2023, 01925/2023, 01923/2023); um requerimento (Prot. nº 01927/2023). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma moção de congratulação (Prot. nº 01886/2023); um projeto de lei (Prot. nº 01885/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: quatro indicações (Prot. nºs 01934/2023, 01935/2023, 01937/2023, 01938/2023); três moções de congratulação (Prot. nºs 01932/2023, 01933/2023, 01936/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 01908/2023, 01909/2023, 1910/2023).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pela ordem de inscrição, com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, eu venho à tribuna hoje para discorrer sobre o projeto de lei que apresentei nesta Casa e que está na Ordem do Dia de hoje. O projeto visa combater as chamadas fake news, as mentiras, as notícias falsas que são divulgadas nas redes sociais, na internet, fazendo mal à sociedade. Quero destacar que este mesmo assunto está sendo debatido no Congresso Nacional, e nós temos um projeto também neste sentido tramitando na Câmara dos Deputados, em regime de urgência. A Câmara aprovou um requerimento de regime de urgência, porque entende que este assunto precisa ser regulamentado em nosso país. Que assunto? As redes sociais, as plataformas, as mídias não podem ser uma terra sem lei, uma terra onde as pessoas possam fazer o que bem entendam, divulgar notícias mentirosas, ferir a dignidade do ser humano, atingir a integridade moral umas das outras, enfim. Inclusive nós já temos uma legislação que visa coibir a discriminação nas redes sociais. Nós não podemos admitir que notícias falsas sejam divulgadas como verdadeiras. E por que eu digo isto? Nos últimos anos da história recente do Brasil, houve vários exemplos de como as fake news podem prejudicar as pessoas e a própria democracia. No Brasil, o Estado Democrático de Direito correu risco nos últimos anos. Houve ameaças com inverdades nas redes sociais, nas plataformas, de ataque à democracia e ao processo eleitoral. Quero citar como exemplo algo que ainda está presente entre nós: a pandemia da Covid-19. Na época da pandemia, houve uma chuva de informações falsas sobre a eficácia das vacinas, sobre as medidas sanitárias de proteção à vida etc. Nas mídias sociais, nas plataformas, foi montada uma rede de transmissão de informações falsas. E as pessoas mal informadas, as pessoas que não têm a prática de verificar se determinadas notícias são verdadeiras ou não, acabam recebendo as informações, acreditam nelas, e pautam suas vidas naquelas mentiras que lhes são contadas. E muitas pessoas durante a pandemia deixaram de se vacinar porque ficaram com medo de adquirir outras doenças ou até mesmo de morrer. Muita gente deixou de participar da campanha de imunização, e vejam no que deu. O Brasil tem apenas 2,7% da população mundial, e 13% da população do nosso país, ou seja, 700 mil pessoas

morreram de Covid-19. O Brasil ficou em segundo lugar no que diz respeito à quantidade de mortes pela Covid, ficando atrás apenas da Alemanha. Isso ocorreu por conta daquela balbúrdia que aconteceu no Brasil na época da pandemia, com um presidente da República irresponsável, que, ao invés de pedir para a população ficar em casa, ele mesmo saia às ruas para comer pastel na feira, fazendo aglomeração, levando o povo a se aglomerar, a não usar máscara, a não se vacinar. O resultado foi o aumento na quantidade de óbitos no país. Mas o mais grave foi a divulgação de notícias falsas. O próprio presidente, na época, disse que as pessoas poderiam até contrair o vírus da Aids, se tomassem a vacina. Vejam o absurdo! Vejam como as fake news fazem mal à sociedade, à saúde pública. Outro exemplo que eu quero destacar é sobre o próprio regime democrático. Durante a campanha eleitoral, notícias falsas diziam: "Aquele candidato vai fechar igrejas evangélicas, aquele candidato vai implantar o comunismo, aquele candidato vai aprovar o aborto"... Notícias como essas foram amplamente divulgadas nas redes sociais, e elas não correspondiam à verdade. Por conta disso, muitas pessoas deixaram de votar em determinado candidato porque ficaram com medo de coisas ruins acontecerem. Em uma reunião de campanha que fui, uma senhora disse: "Eu não vou votar no Lula porque o pastor da minha igreja disse que ele vai fechar igrejas". Então eu disse a ela: minha senhora, o seu pastor é ignorante! Eu quero que a senhora prove que o Lula disse alguma vez que pretende fechar igrejas. E outra coisa, o Lula governou o Brasil durante oito anos. Ele fechou alguma igreja? Não fechou. Isso é uma mentira deslavada. Então, esse tipo de informação falsa que tentam divulgar, que tentam plantar na cabeça dos mais humildes, que são manipuláveis, é criminosa. As fake news são crimes cometidos contra a própria democracia, porque acabam influenciando no resultado das eleições, acabam influenciando na opção de voto das pessoas. Portanto este mal tem de ser combatido. Há um inquérito no Supremo Tribunal Federal, que investiga, que apura, o uso de fake news, que interfere na própria democracia no país. O TSE está preocupado e pedindo ao Congresso Nacional que regulamente o combate às fake news. Então, nós apresentamos aqui na Assembleia um projeto — complementar, eu diria, ao projeto de lei que está sendo votado no Congresso Nacional —, para que nosso estado também se comprometa a fazer campanhas de esclarecimento, a criar um canal de denúncias e de apuração de denúncias falsas, a fim de responsabilizar quem divulgar notícias falsas pelas redes sociais. Este projeto é de extrema relevância, porque a internet tem um lado positivo, que facilita a vida das pessoas, democratiza as informações; mas tem um lado negativo também, porque pode ser usada como instrumento de distorção de notícias, de divulgação de mentiras; ela pode ser usada também para enganar, para manipular as pessoas, através do que chamamos de fake News. Então, as pessoas responsáveis pela divulgação de fake news têm de ser punidas, responsabilizadas. É interessante observar que uma fake news é construída, é pensada, para que fique com uma capa, com uma aparência de informação verdadeira. Quantas vezes nós recebemos uma notícia e pensamos: mas será que é isto mesmo?... Aliás, existem plataformas que indicam se determinada notícia é verdadeira ou falsa. Nós temos o cuidado de verificar a veracidade das informações que recebemos ou lemos; mas nem todo mundo consegue fazer a checagem. Por conta disso, nós precisamos de instrumentos. Mato Grosso do Sul tem de estabelecer um canal de denúncia, investigar e constatar se determinada notícia é falsa pode interferir na vida das pessoas, prejudicar a divulgação verdadeira de dados.

Quando constatados os fatos, os criminosos têm de ser punidos. Para finalizar, senhor presidente, quero dizer que achei estranho ontem o deputado Rafael Tavares ter pedido vista do nosso projeto, que deveria ser votado com a maior tranquilidade, porque ele visa combater notícias falsas. E como eu disse aqui, as fake news fizeram mal à sociedade na época da pandemia, como a divulgação de mentiras durante a campanha eleitoral fez mal à democracia. E o deputado pediu vista do projeto. Não sei se ele tem dúvida sobre isto, ou se ele acha que tem de deixar tudo liberado para quem quiser mentir fazê-lo à vontade nas redes sociais. Muitos que são contrários à regulamentação das redes defendem que é preciso haver liberdade de expressão. Mas não se pode confundir liberdade de expressão com liberdade para mentir, para divulgar inverdades, para enganar as pessoas. Isto não é liberdade de expressão, é liberdade de manipulação, é liberdade para cometer crimes. Então, regulamentar o combate às fake news não fere o que há de mais sagrado, que é a liberdade de expressão. Nós somos defensores da democracia, da liberdade de ir e vir, da liberdade de expressão; mas não somos favoráveis à liberdade de manipulação, de mentira e de distorção da verdade através de fake news. Acho muito importante que a Assembleia Legislativa dê esse passo e essa contribuição para a sociedade de Mato Grosso do Sul. Nós queremos, de fato, que a população seja livre de mentiras e manipulações nas redes sociais e na internet. Nas próximas eleições nós queremos que o debate seja de alto nível, de propostas, de sugestões para resolução dos problemas da sociedade. Não queremos que a campanha eleitoral se transforme num palco de mentiras, de informações falsas que prejudiquem o processo eleitoral. As pessoas ficam com medo, muitas vezes, de optar por determinado candidato, de tanta mentira que dizem sobre ele; coisas que ele nunca disse, que ele nunca defendeu.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) —Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concedo um aparte ao deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Quero falar da relevância desta discussão, porque vivemos na era da mídia digital, da inteligência artificial, e por conta disto é fundamental que a gente preserve a verdade dos fatos. O que nos preocupa não é o que se diz, se determinada informação traz a realidade ou não, o que nos preocupa é o que é colocado de qualquer maneira nas redes. A gente não tem como, muitas vezes, se defender de uma simples publicação inverídica, que não tem nenhum fundamento, que não tem nada, que não tem um lastro embasado na verdade, e o cidadão e principalmente quem exerce mandato eletivo acabam ficando expostos, de forma extremamente ruim, chegando ao que Vossa Excelência disse: "as pessoas criam em cima de certas informações suas convicções, e passam a viver no meio de um monte de mentiras, de modo que a situação acaba se tornando insustentável. Diante disso, muitas e muitas injustiças são cometidas. A internet e as mídias sociais são importantes, não há mais como viver sem elas. Mas é importante que os meios de comunicação preservem a verdade, a realidade dos fatos. Hoje a gente começa a não saber mais distinguir verdade de mentira, de tanta coisa que há na internet. Por conta disso, as pessoas acabam deixando de acreditar até mesmo em informações importantes, reais. Acho que a regulamentação das redes, o marco legal disso é

fundamental. Nós da política precisamos voltar a debater assuntos realmente importantes, que tratam das políticas públicas que interessam de fato aos cidadãos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Muito obrigado, deputado Junior Mochi. Eu incorporo o aparte de Vossa Excelência ao meu pronunciamento. Para finalizar, senhor presidente, quero dizer que, no passado, antes do advento da internet, a população ficava à mercê da grande mídia, da mídia empresarial, da imprensa empresarial, que divulgava as informações conforme seus interesses. A mídia fazia um pente fino, peneirava aquilo que devia informar para a população. E a internet, as mídias sociais, as plataformas, todos esses recursos possibilitaram a democratização da informação. Hoje há inúmeros canais, sites, jornais eletrônicos, inúmeras plataformas, que ajudam na divulgação de informações e dão outras versões, às vezes, sobre fatos. Hoje a sociedade não é mais refém de um pequeno grupo. Atualmente ninguém fica pensando assim: a Rede Globo quer que a gente entenda dessa forma, a Bandeirantes quer que a gente entenda assim, o SBT quer que a gente entenda de outra maneira... Hoje há uma grande quantidade de analistas nas redes sociais dando suas versões sobre acontecimentos, fazendo críticas às notícias veiculadas pelos meios de comunicação. Então as pessoas leem aqui, leem ali, buscam um monte de informação e tiram suas conclusões sobre os acontecimentos. Portanto, a internet possibilita que as pessoas não fiquem reféns de apenas um ou dois canais de grande porte, que podem, muitas vezes, manipular informações. Hoje temos acesso a várias versões, a muitas análises sobre os fatos. Isto democratiza a informação e permite que as pessoas formem suas próprias opiniões sobre o que está sendo divulgado. Agora, de um lado tivemos a democratização do acesso à informação, e do outro tivemos as redes de fake news, que distorcem os fatos, que manipulam os fatos e que mentem com a finalidade de interferir na sociedade de forma maldosa e criminosa. É esse tipo de coisa que nós queremos combater. Nós defendemos a verdade, defendemos que as pessoas tenham o direito de acesso à informação sobre os fatos reais, sobre aquilo que corresponde à realidade, e que não haja manipulação através de fake news. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado. Solicito o apoio dos pares, para que este projeto seja aprovado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, eu gostaria de pedir vista do Projeto de Lei nº 076, de autoria do deputado Pedro Kemp, que versa sobre possíveis ataques de fake news.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Na Ordem do Dia Vossa Excelência me lembre, por favor. Eu vou lhe conceder vista do projeto.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu consultei a Mesa, presidente. O deputado Pedro Kemp fez um debate tão veemente, que eu imaginei que nós já estivéssemos discutindo o projeto. No momento oportuno eu pedirei vista. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Isto é ansiedade da juventude, é normal. Com a palavra, ainda no Grande Expediente, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, membros da Mesa Diretora, colegas deputados, pessoas que acompanham esta Sessão! Presidente, ontem nós participamos, inclusive junto com Vossa Excelência, de uma audiência encabeçada pela Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT), que discutiu um tema extremamente importante para o futuro do desenvolvimento do nosso estado. Tal como a discussão que nós fizemos aqui um tempo atrás com relação ao futuro da BR-163, lá nós tratamos de um tema da mesma importância: a relicitação da Malha Oeste, a ferrovia que liga Corumbá ao Porto de Santos. Eu creio que aqueles que compareceram à audiência, de um lado ficaram esperançosos de que após tantos anos de absoluto descaso, de absoluto abandono, de absoluto desrespeito por Mato Grosso do Sul por parte da concessionária que atualmente opera os trilhos da antiga Noroeste do Brasil, agora veem a possibilidade de os investimentos na área serem reativados. Embora todos tenham ficado esperançosos, demonstraram algumas preocupações, pois não importa a Mato Grosso do Sul qualquer relicitação. Nós precisamos de uma proposta que atenda aos interesses do nosso estado. O projeto prevê um investimento de 18 bilhões de reais, e o período de concessão é de sessenta anos. Então, a decisão vai interferir no futuro de muitas gerações. Nós deveremos ter muita responsabilidade quando apertarmos o botão e absoluta segurança de que o projeto que escolheremos será o melhor para Mato Grosso do Sul. E eu não estou convencido de que o projeto atende ao interesse público, e deixei isto bem claro na audiência de ontem. Eu estou usando esta tribuna hoje para alertar a população de MS sobre a proposta que está sendo colocada sobre a mesa. Tal proposta prevê a desativação do ramal que vai de Campo Grande a Ponta Porã, e prevê a relicitação do trecho que vai de Corumbá a Mairinque, no estado de São Paulo — cerca de 1.600 quilômetros de ferrovias já existentes e que são operadas, hoje, pela Rumo Logística, que comprou esse trecho da ALL e de outras empresas —, e de Mairinque até o Porto de Santos, através de um transbordo, utilizando os trilhos da MRS. A questão é que, nessa grande ferrovia, de 1.600 quilômetros de extensão, nós temos um ramal, que está desativado, que parte de Campo Grande, desce por Sidrolândia, vai por Maracaju e chega a Ponta Porã. No passado esse ramal funcionou, existiu; mas a ANTT, em seu atual projeto, diz que ele é inviável, e não vai colocá-lo em funcionamento. Agora eu lhes pergunto: por que o ramal era viável há cinquenta anos e funcionava normalmente, e hoje não é mais viável? Este estado tem um agronegócio pujante. Nós temos 11 milhões de toneladas de grãos, que passam justamente por esse ramal, que passam perto de Ponta Porã, que passam por Maracaju, por Sidrolândia, pelos arredores de Campo Grande. Por que essa produção tão significativa não viabiliza a reativação desse ramal?... Eu não estou convencido da precisão do estudo de demanda que a ANTT fez e não estou convencido de que relicitar, por mais 60 anos, todo esse trecho, sem reativar o trecho de cerca de 360 quilômetros, de Campo Grande a Ponta Porã, seja bom para Mato Grosso do Sul. Eu coloquei de maneira muito clara para o pessoal da ANTT a necessidade de nós clarificarmos este debate. E audiência pública não pode ser proforma. O que é isso? Audiência proforma é assim: eles vêm aqui e dizem como

querem fazer as coisas. Na ocasião, todos foram unânimes quanto à necessidade de se reativar o ramal, ainda que seja com bitola métrica, bitola estreita, de um metro...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pois não.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Quero trazer ao público uma conversa entre dois ex-governadores, o Pedrossian e o Marcelo Miranda. Esses dois tocadores de obras queriam levar energia elétrica ao município de Corumbá, município cuja população era pequena, praticamente inexistente. Foram os dois, um então secretário do outro, a Brasília buscar recursos para realização do serviço, e voltaram com a mesma negativa que Vossa Excelência está apresentando: a não viabilidade técnica para levar energia até esse lugar ermo, Corumbá; pois o município não tem população. Logo não há viabilidade para levar energia para lá. E os dois voltaram discordantes do ministro da época, que era de Curitiba. Mas eles disseram: "Parece que, quando Vossa Excelência levou investimentos a Curitiba, já estava tudo pronto, já estava tudo formado". Você tem de investir, você tem de transformar. Acabou que os dois ex-governadores fizeram por conta própria os investimentos até Corumbá, que hoje é um dos maiores ramais, um dos maiores municípios do estado de Mato Grosso do Sul. Então os homens públicos, os gestores, muitas vezes, têm de fazer como Vossa Excelência está fazendo agora: enfrentar esses estudos e ter visão transformadora. Parabéns!

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Parabéns, deputado João Henrique! Nós precisamos olhar para Mato Grosso do Sul justamente com esse espírito. Nós estamos falando de sessenta anos de concessão. Vão me dizer que os técnicos da ANTT têm uma bola de cristal para poderem dizer como nosso estado estará daqui a sessenta anos?... Daqui a vinte, trinta anos, quando alguém se queixar, em Ponta Porã, em Sidrolândia, em Maracaju, da falta de ferrovia, vão dizer: "Ah, mas o pessoal, em 2023, achou que não era viável!" Ou seja, a culpa será nossa. O investimento em infraestrutura vai criar a demanda. Podem colocar a ferrovia. A produção de grãos de Mato Grosso do Sul está crescendo 8% ao ano, deputado Antonio Vaz. A nossa produção agropecuária está crescendo e chegando ao nível chinês. E vão me dizer que nós não temos carga suficiente para viabilizar esse ramal ferroviário?... Então eu quero propor, presidente, que nós tragamos este tema de desenvolvimento regional, extremamente importante, vou ressaltar, extremamente importante, para dentro desta Casa. E aos técnicos da ANTT que venham fazer uma nova audiência aqui, para nos explicar melhor este estudo que fizeram. Solicitei-lhes, ainda, que não façam audiências só em Brasília, em cenário virtual. Eu não estou convencido! E vejam como é que a coisa! O projeto está orçado em 18 bilhões; para fazer Ponta Porã, mais 2 bilhões. Ou seja, nós estamos falando de um aumento de 10% do projeto. Isso não é grande coisa! Então, os técnicos da ANTT precisam vir aqui e precisam convencer a sociedade sul-mato-grossense... Eu gostaria de fazer uma audiência pública em Ponta Porã. Não sei se podemos fazer pela Assembleia. Mas vamos a Ponta Porã e vamos explicar para a sociedade que o projeto da ANTT está excluindo a reativação da ferrovia. Eu penso que nós temos condição, sim, de fazer

este debate. A meu ver, tecnicamente o estudo está errado. Acredito que nós temos condição de reativar a ferrovia. Penso que nós precisamos trazer este relevante tema, que impacta a sociedade sul-mato-grossense, para o coração da Assembleia Legislativa. Eu tenho certeza que os deputados, a sociedade civil organizada, de força vibrante, e o governador Eduardo Riedel, que tem sido um incansável defensor do desenvolvimento do nosso estado, vão fazer alguma coisa quanto a essa questão.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Por favor.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para registrar. Eu também participei da abertura da audiência pública de ontem, e segundo o deputado João Henrique, "ação sem sonho é só ação, e sonho sem ação é só sonho. Quando se juntam sonho e ação, as coisas acontecem". Ainda ontem eu comentei que governo não é ilha de fantasia. Nós dependemos de dinheiro, dependemos de investimentos em infraestrutura, e é para isto que se tributa, para isto que se criam condições. O modelo de projeto de concessão que chama a iniciativa privada para participar das decisões é interessante; mas a situação econômica para realização do proposto nem sempre é favorável. Algo semelhante ocorreu com a proposta de duplicação da BR-163, levando muita gente à frustração. Mato Grosso assinou ontem o contrato, assumiu a concessão, e vai tocar, relicitar e fazer o trecho. E a União investiu mais de 1 bilhão de reais no Mato Grosso, na BR-163, na gestão passada. E aqui o estado não investiu, porque, no caso, a União era responsável, e acabou acontecendo aquela frustrante concessão. Então o modelo de concessão tem de ser bem definido. A iniciativa privada não entra no negócio porque é boazinha; ela não investe, se não for para ganhar dinheiro. Quem investe para abrir fronteiras, para levar energia para Corumbá... O Barão de Mauá levou para o Rio de Janeiro o telégrafo pelo Atlântico, e na época ninguém acreditava que aquilo seria possível. Então as coisas vão acontecendo; mas com o investimento público. O setor privado faz conta. O setor privado pensa: "Ah, vou por meu dinheiro aqui, vou arrecadar e vou receber tanto!" É o capitalismo, é a pujança do capitalismo. Então eu penso que audiência pública serve justamente para isso. Eu fiquei encantado em saber dos 1.600 quilômetros... Acho que debater o ramal que vai até Corumbá, ao Paranaguá, a Ponta Porã, é necessário. O importante é que o estado está fervilhando de novos projetos; e Vossa Excelência, com sua juventude e sabedoria, vai nos ajudar a levar essas ideias à ANTT, ao Dnit, à Seilog, para que possamos tirar tudo isso do papel e fazer de Mato Grosso do Sul um estado melhor para as próximas gerações. Parabéns, deputado!

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pois não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu concordo em parte com o que está sendo dito, porque a ANTT não realiza audiências públicas, ela apresenta projetos, recebe solicitações, mas não muda uma vírgula...

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Proforma.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — E com relação à BR-163 aconteceu a mesma coisa. A sociedade não aceitou o que lhe foi apresentado. Foi feita a concessão para duplicação da rodovia, com prazo de dez anos... trinta anos para eles cobrarem. Desde 2014, quando o contrato foi firmado, realizaram 1/4 do que tinham de fazer. Agora está sendo feita uma relicitação, e a concessionária vai fazer apenas 60 quilômetros dos 371 quilômetros de um trecho, e do outro trecho não fará quase nada...

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — E ainda querem que a concessionária seja indenizada, deputado.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — ... e vem aqui e discute. Nós fizemos audiência pública, recebemos orientação, recebemos projeto. E adiantou o quê? Então essas audiências públicas da ANTT, da forma como eles têm feito... Audiência pública, como o próprio nome diz, é feita para que o público seja ouvido, para ouvir as pessoas, receber sugestões, e após a audiência é preciso avaliar as sugestões apresentadas pelo público e dar-lhe um retorno posteriormente. Não aconteceu nada disso. Fizeram audiência pública aqui, fizeram em Brasília, não mudaram uma vírgula, e nós temos de engolir a proposta do jeito que eles querem. Acho que quando o poder público concessiona um serviço, tem todo o estudo. Se houve, no decorrer da concessão, um problema, é natural que uma empresa do tamanho, por exemplo, da CCR, avalie esse problema e tome providências. E não cabe a nós discutir isso aqui. Mas existe um contrato, que tem de ser respeitado. A mesma coisa acontece com relação à ferrovia. Há uma parte boa? Sim. Há uma parte de execução do trabalho? Sim. Ótimo. Mas não é só isso. A ferrovia tem uma extensão maior, uma abrangência maior, ela atende Corumbá, Ponta Porã, enfim. Se isso vai fazer com que a União tenha que aportar recursos, então, que aporte. Acho que a discussão tem de ser mais ampla, e a agência tem essa função. Obrigado.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Perfeitas as colocações do presidente Gerson Claro e do deputado Junior Mochi. Com relação ao que disse o deputado Mochi, eu acho que audiência deve ser feita para que a população seja ouvida. Se for para fazer audiência proforma, não adianta nada. Talvez, deputado Junior Mochi, seja melhor judicializar, no caso da BR-163; porque se há um projeto de duplicação da 163 e se tal projeto não prevê a duplicação de toda a extensão da via, ele não atende à demanda de Mato Grosso do Sul. Então, talvez seja o caso de nós judicializarmos e impedirmos que esse edital seja feito dessa forma, porque temos condições financeiras para duplicarmos toda a BR-163. Agora, a ANTT está fazendo muito mais o jogo da concessionária e de alguns que estão interessados nisso do que o nosso jogo.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Um aparte, deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pois não.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Eu estou ouvindo com atenção a discussão de Vossa Excelência, e ouvi o deputado Junior Mochi também, nosso experiente presidente. Quanto ao que o senhor disse sobre judicialização, eu lhe pergunto: a estrada cruza Mato Grosso do Sul, mas ela é federal? Em caso de judicialização, como nós de Mato Grosso do Sul tomaríamos essa decisão?... Nós fizemos a concessão, apresentamos um projeto para podermos usar estradas estaduais e fazermos concessões para as empresas. Agora, será que alguma já pegou? Será que o pedágio que as empresas arrecadam banca o custeio? É igual ao caso da energia elétrica que acabamos de discutir. Foi feita a concessão para uma empresa privada trabalhar por trinta anos, e o prazo está perto de vencer. Inclusive, a Enersul foi feita no governo do Wilson Barbosa Martins, e ela levou energia a Corumbá. E quem pagou a conta fomos nós consumidores. De Jardim a Porto Murtinho, cidade com 17 mil habitantes, são 200 quilômetros. Mas é a mesma coisa, a conta é paga pelo consumidor. Muito obrigado pelo aparte.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Quando meu avô foi construir o Apaporé, ligando o rio Apa ao Aporé, alguns disseram que a pavimentação até uma cidade da região Norte era pouco relevante e não traria retorno financeiro. Mas tal como ocorreu aqui em Corumbá, lá a obra se mostrou absolutamente viável. O senhor acha que não há viabilidade para duplicação da BR-163? Eu penso que há. Quando a ANTT vem aqui dizer que não vamos duplicar 100% da via, ela afronta o interesse de Mato Grosso do Sul. Nem que nós tenhamos que pagar uma tarifa um pouco maior, mas queremos garantir a duplicação total da 163. Qual é o caminho para eventual judicialização? Não sei. Eu estou discutindo aqui com Vossa Excelência. Talvez seja o caso de o próprio estado fazer a licitação para duplicação total da 163. Então, se houver na composição do financiamento algum tipo de subsídio, seja do governo federal, seja do governo estadual, será bom. Acho que nós queremos a BR-163 totalmente duplicada, a Malha Oeste atendendo ao interesse de Mato Grosso do Sul e também um ramal para Ponta Porã. E com relação ao que o deputado Gerson Claro comentou sobre a viabilidade do trecho, eu penso o seguinte: há inúmeros modelos de concessão. Aliás, vou até fazer alusão a algo que se discutiu no setor de aeroportos. Todo o mundo estava interessado em Congonhas e em Guarulhos, ninguém estava interessado no aeroporto de Boa Vista nem no de Campo Grande, que até um tempo atrás era deficitário. Qual era a proposta? "Você quer comprar Congonhas, que é altamente rentável? Então tem de pegar a concessão de Boa Vista". O que é isto? É uma forma de o poder concedente estabelecer um tipo de subsídio cruzado. Ou seja, se você pega uma linha rentável como Congonhas, fica com uma linha menos rentável, que é Boa Vista. Se você quer pegar uma linha extremamente rentável, que é Corumbá, até o porto de Santos, você tem de pegar uma linha menos rentável, que é a linha entre Campo Grande e Ponta Porã. Então eu penso que a gente pode discutir isso. Há como equacionar. Eu percebi na audiência que eles não estão absolutamente certos do modelo. Há falhas no estudo mercadológico e há falhas na estrutura de engenharia. Então eu quero solicitar que nós tragamos este tema para eventualmente fazermos outra discussão junto com a ANTT e para debatermos o estudo de viabilidade do ramal aqui na Assembleia e talvez numa sessão extraordinária em Ponta Porã. Essas são as minhas considerações, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Há seis deputados on-line. Há quórum suficiente para deliberação das matérias pautadas. Solicito saber se a deputada Mara Caseiro está presente. Não está. Neste caso, por questões regimentais, está retirado de pauta o Item 1. Passemos ao Item 2. O deputado João Henrique pediu vista do projeto

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu gostaria que o deputado João Henrique fundamentasse este pedido de vista. É difícil de entender isso, porque este projeto estava aqui ontem para ser votado...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — ... Eu estou com a palavra... O projeto passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação e recebeu parecer favorável. Aí vem um deputado bolsonarista e pede vista. Para quê? Para atrasar a votação? E hoje outro deputado bolsonarista pede vista. Qual é a dúvida de Vossa Excelência sobre este projeto? Vossa Excelência é a favor de fake news? Vossa Excelência é contra o combate às fake news? Para mim, há uma tentativa de atrasar a votação. Apenas isto.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só um minuto. Eu gostaria de registrar que nós não estamos discutindo o projeto. Eu vou conceder vista dele a Vossa Excelência. E após a concessão de vista, os senhores terão a oportunidade de discutir o projeto, porque é o momento oportuno. Se o senhor quiser responder agora, pode responder. Mas eu ainda não lhe concedi vista do projeto. Na hora da discussão o senhor terá a palavra.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, eu faço uso da palavra, pela ordem, para que Vossa Excelência dê ao secretário os indicativos de que ele não pode discutir o projeto diretamente da mesa. Não existe espaço regimental para que durante um pedido de vista a gente promova explicações. Isto nunca houve. Não há espaço regimental. Então, no momento oportuno, eu farei tranquilamente a discussão, uma vez que este não é o momento adequado. E reitero o pedido de vista do projeto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pedido de vista concedido. Item 3. Em discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 096/2023. Autor: Poder Judiciário. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para discutir, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu nem vou usar a tribuna para discutir, porque quero apenas fazer um esclarecimento. Existe um decreto federal, o Decreto de Lei nº 20.910, que especifica o prazo quinquenal para solicitação da devolução das custas judiciais para aqueles que, após a conclusão do processo judicial, ficaram com saldo a receber. Na verdade, o Tribunal de Justiça está acrescentando o parágrafo 3º no Código de Divisão e Organização Judiciária para deixar claro o prazo de cinco anos. O prazo está previsto apenas em um decreto federal, então o projeto de lei vem com esta finalidade. Ademais, a proposta permite o pagamento das custas judiciais de outras formas, e não só por meio da guia de recolhimento.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 096/2023, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane? Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira? Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 97/2003. Autor: Poder Judiciário. "Altera a Lei nº 1.511, Código de Organização Judiciária e Divisão Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Para discutir, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, no mesmo sentido do projeto anterior, quero dizer que existe a Lei Federal nº 13.093/2015, que estabelece que, ocorrendo acúmulo do acervo processual, será devida ao magistrado gratificação prevista em lei; e no Código de Organização e Divisão Judiciárias não consta essa previsão. Então, na verdade, a alteração está sendo feita apenas para possibilitar a licença compensatória ao magistrado. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Lei nº 97/2023, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane? Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro? Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. "Três requerimentos, cinquenta e três indicações, uma moção de aplauso e cinco moções de congratulação". Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor Valdir Ferreira da Silva. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor Levi dos Santos. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente... A Mesa Diretora comunica a Vossas Excelências e à população de Mato Grosso do Sul que, em atendimento ao pedido de vários deputados, o governo, em razão do dia 1º de maio, Dia do Trabalhador, depositará amanhã o salário dos servidores do Executivo, do Legislativo e dos demais Poderes. Ou seja, todos receberão antecipadamente. Parabéns ao governo por mais esta atitude!

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Apenas para informar aos deputados e a todos que têm um carinho especial pelo deputado Neno Razuk que, ontem, ele foi submetido a uma cirurgia, em São Paulo, e está se recuperando muito bem.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Apenas para registrar a presença do professor Jaime Teixeira e da diretoria da Fetems. O professor Jaime vai apresentar as reivindicações dos profissionais da educação. O deputado Pedro Kemp fez esse requerimento... Ademais, quero registrar que hoje é o Dia Nacional do Engraxate...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — E da empregada doméstica também, deputado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Exato. Também.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O deputado Lucas de Lima já mandou música hoje.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Dois profissionais importantes. Era tão bom quando a gente ia à avenida Afonso Pena, deputado Junior Mochi, para bater papo e engraxar os sapatos. Hoje os engraxates não podem mais ficar na Afonso Pena. O Elias, que trabalha há cinquenta e nove como engraxate, deputado Pedro Kemp, hoje está ali dentro do espaço físico do Fórum, na rua Barão do Rio Branco. O Elias, trabalhando como engraxate, formou sua família e criou seus três filhos, que hoje estão formados. Então, para mim, é uma alegria registrar que hoje é o Dia do Engraxate e o Dia da Empregada Doméstica. Eu não fiz um documento, mas registro a importância desses profissionais. Era o que tinha, senhor presente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Neste momento, eu suspendo a Sessão, para manifestação externa, conforme requerimento aprovado neste Plenário, da Federação dos Trabalhadores em Educação, representada pelo seu presidente, professor Jaime Teixeira, que tratará de assuntos de interesse da sociedade sul-mato-grossense. O senhor dispõe de 15 minutos (10h46min).

PROFESSOR JAIME TEIXEIRA (presidente da Fetems) — Em nome do presidente desta Casa, deputado Gerson Claro, a Federação dos Trabalhadores da Educação de Mato Grosso do Sul agradece a abertura deste espaço para as entidades sindicais e para as entidades de classe. Quero desejar às deputadas e aos deputados que estão assumindo mandato este ano sucesso! Que esta Casa cumpra, durante os próximos quatro anos, o importante papel de fortalecer a democracia e de colaborar com o desenvolvimento da educação pública do nosso estado. Quero agradecer especialmente ao deputado Pedro Kemp e ao presidente da Comissão de Educação, deputado Professor Rinaldo, que nos encaminharam o pedido para falarmos nesta Casa. O tema que trago é, inclusive, de nível nacional. Nós do movimento sindical de todo o Brasil, pelo vigésimo quarto ano consecutivo, sempre na última semana de abril, realizamos a 'Semana em Defesa e Promoção da Educação Pública'. Nos eventos, fazemos um grande debate e muitas manifestações sobre a educação pública que temos e sobre a educação pública que queremos. Então, nosso objeto principal, nesta 24ª Semana em Defesa e Promoção da Educação Pública, foi a promoção e defesa da escola. Queremos uma educação pública de qualidade, laica, democrática e

para todas e todos. Há mais de 45 milhões de crianças e adolescentes matriculados nas escolas públicas, de Norte a Sul deste país continental. Ontem, nós realizamos uma grande passeata pelas ruas de Campo Grande e de todos os municípios do estado, a fim de apresentar as reivindicações das Redes Municipal e Estadual de Educação. Para que uma educação pública de qualidade, uma educação para todos, seja promovida, é necessário que todos os prefeitos de Mato Grosso do Sul cumpram a lei do piso nacional, que foi aprovada em 2008 e que foi reforçada com o novo Fundeb a partir de 2019, com participação maior da União no financiamento da educação básica. Pasmem! Vinte e três municípios do estado ainda não implementaram, deputado Pedro Kemp, o piso dos professores. Há, portanto, vinte e três sistemas educacionais municipais em que a prefeitura e seus gestores não têm compromisso pleno com a valorização da escola pública, com a valorização dos profissionais da educação e que estão fora da realidade. Isso que nós cobramos de todos os municípios do estado. Nós trabalhadores, nós cidadãos entendemos que esta semana nacional tem uma importância muito maior que a das demais semanas que já fizemos, porque estamos retomando a redemocratização do país. E não podemos deixar fora dessa redemocratização a sociedade, que utiliza a escola. Nós chamamos a comunidade escolar do Brasil inteiro — e de Mato Grosso do Sul também — para uma discussão sobre a escola pública. Porque o objeto final da educação pública é atender a sociedade, é atender a comunidade, é fazer com que os usuários do principal serviço público (desse serviço que está mais próximo da sociedade, que está mais próximo dos bairros de periferia) sejam atendidos. Há bairros que podem não ter uma delegacia, podem não ter um posto de saúde; mas têm uma escola pública, seja estadual, seja municipal. Então nada mais democrático do que nós trazermos a comunidade também para discutir este projeto. Que escola temos? Que escola queremos? A prefeitura que não paga o piso contribui para o fortalecimento da escola? Esta é uma pergunta que a sociedade também tem de fazer, e a comunidade escolar tem de ser inserida. Nós elencamos cinco pontos fundamentais, os quais exibimos ontem no manifesto público pelas ruas de Campo Grande e de todas as cidades do estado. Primeiro: Nós queremos que a primeira coisa a ser tratada nas redes municipais seja o cumprimento da lei do piso em todos municípios. Segundo: Nós temos uma pauta nacional, que é uma discussão mais ampla com a sociedade sobre que tipo de ensino médio nós queremos. A juventude está passando por uma realidade muito ruim, nefasta. E esses jovens foram vítimas, primeiro, de uma escola precária, porque não era possível fazer aulas presenciais durante a pandemia, durante dois anos esta geração de jovens, deputado Pedro Kemp, sobretudo do ensino médio, foi submetida a aulas on-line, sem preparo nenhum da classe trabalhadora. Porque a situação foi inusitada. As escolas também não tinham estrutura física nem internet para fazerem aulas à distância de qualidade. Portanto, esta geração que está no ensino médio traz uma defasagem e precisa de recuperação pedagógica. E, paralelamente à pandemia, houve algo mais nefasto ainda: o Novo Ensino Médio, implementado por meio de medida provisória no governo Temer, em 2017, e aprovado no Congresso Nacional, com a negativa dos trabalhadores da educação no Brasil. Nós não concordamos com o projeto, pois não houve uma discussão com os trabalhadores, não houve uma discussão com a comunidade, não houve uma discussão com as universidades, com a academia, para formatar, cientificamente, uma reforma adequada e necessária do ensino médio. Detalhe, a reforma começou a ser

implementada a partir de 2021. O resultado do Novo Ensino Médio, depois de dois anos da primeira fase do projeto, deputado Professor Rinaldo, foi uma defasagem muito grande na aprendizagem dos alunos do ensino médio. Por meio de medida provisória, o governo Temer reduziu o conteúdo obrigatório de 2.400 horas para 1.800 horas, empobrecendo o currículo. E no lugar de disciplinas como Filosofia, Sociologia, História e Geografia foram colocados alguns itinerários, sem nenhuma base científica, deputado Pedro Kemp, e sem a realização de capacitação dos professores, para que eles pudessem atuar nesses itinerários de forma científica, atendendo com qualidade o estudante do ensino médio. O Novo Ensino Médio está reprovado em nível nacional. Diante isso, agora, nós estamos pedindo a revogação total deste projeto, que foi aprovado por medida provisória. Nós conclamamos a sociedade, a classe trabalhadora, as universidades, para que no lugar deste projeto que enfraqueceu, que empobreceu o currículo, este projeto que oferece uma formação, uma qualificação mais pobre para os filhos dos trabalhadores que estão na escola pública e que não terão condições de concorrer, deputado Pedro Kemp, por exemplo, a vagas nas principais universidades do Brasil, que são as públicas. Esses alunos não terão condições de passar no vestibular, não terão condições de serem os primeiros colocados no Enem, enfim. Em 2017, na medida provisória, propagava-se que os alunos receberiam formação profissionalizante... As duas primeiras etapas já demonstraram que os alunos não sairão preparados nem para disputar uma vaga nas universidades públicas, nem sairão com capacitação profissional. Sem dizer que, em conjunto com a aprovação da terceirização irrestrita do serviço público, por meio de medida provisória terceirizou-se também 33% do magistério do ensino médio. Como? Inventaram o tal do notório saber. Por conta disso, hoje são contratados profissionais que não têm formação pedagógica para trabalharem como professores e nesses itinerários que, muitas vezes, chegam ao ridículo. Há itinerários, por exemplo, deputados, que ensinam o aluno a fazer sabão. Qual formação profissional se espera com isso? Com certeza, o filho da elite, que está na escola particular, não tem esse itinerário. Agora, os filhos dos trabalhadores que moram na periferia e os filhos dos cidadãos que estão na zona rural podem ter esse tipo de itinerário?... O que nós defendemos que seja colocado no lugar do Novo Ensino Médio é, no mínimo, a volta das 2.400 horas de currículo obrigatório. E queremos que isso não seja feito por meio de medida provisória. Queremos, ainda, que a comunidade escolar, as universidades e os trabalhadores sejam envolvidos na discussão. E, logo, logo, nós teremos a oportunidade de fazer tudo isso, deputado Junior Mochi, pois a Lei nº 13.005, que instituiu o Plano Nacional por dez anos, encerrar-se-á ano que vem. Grande parte das dezoito metas, deputado Mochi Junior, não foi cumprida, nem pelos prefeitos nem pelos governadores. Mas ano que vem nós reescreveremos, a sociedade reescreverá um novo Plano Decenal de Educação, que vigorará de 2025 a 2035. Acho que desta vez a sociedade estará incluída na discussão. Além do Plano Decenal, nós temos de incluir na lista de prioridades a revogação do Novo Ensino Médio, por vários motivos. O Novo Ensino Médio não tem resolvido nada; porque para se cumprir os trinta e sete novos itinerários que criaram, seria necessária uma rede física escolar com reais condições de trabalho, com laboratório, com teatro, com estrutura para iniciação esportiva, enfim. Grande parte dos municípios brasileiros tem apenas uma escola que oferece o ensino médio, uma escola estadual, no caso. E nem todas elas têm condições de cumprir metade do itinerário que falsamente profissionalizaria os alunos

do ensino médio. Portanto, é fundamental que o Novo Ensino Médio seja revogado. E nós do movimento sindical estamos respondendo a uma pergunta bem recorrente, deputado. "Ah, mas se revogar este, vai ficar o quê?" Bem, às vezes, entre o ideal e o possível há uma distância bem grande; mas o ideal seria a ampliação das ofertas dos Institutos Federais. Há Institutos Federais em Campo Grande, Coxim, Dourados, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã. E os Institutos Federais podem oferecer educação profissionalizante; a escola regular, no entanto, tem de oferecer formação universal. Pois bem. Vou dar sequência à apresentação dos pontos que elencamos. Terceiro ponto: A cultura da paz nas escolas. Ninguém pode deixar de debater, hoje, a questão da violência. E aqui nós refutamos o termo violência nas escolas. A escola não produz violência, ela reproduz a violência que vem da sociedade. Então, precisa haver uma cultura de paz na sociedade. Eu reitero a necessidade de fomentarmos o fim da cultura do ódio e da intolerância. Que o sindicato, os trabalhadores e os senhores deputados envolvam-se nesta temática da paz...

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Professor Jaime, o seu tempo se encerrou; mas lhe concedo mais dois minutos.

SENHOR JAIME TEIXEIRA (presidente da Fetems) — Obrigado. Eu ouvi o debate que foi feito nesta Casa sobre fake news. E este debate é importante, porque com mentira, com falsidade, com a expansão do discurso de ódio através das redes sociais, que se faz chegar dentro das escolas a violência. Agora, eu vou falar sobre o próximo ponto que elencamos. Quarto ponto: Revisão da política salarial dos professores convocados. E aí, companheiro ex-presidente da Assembleia deputado Junior Mochi, o senhor sabe que aquele projeto que foi votado aqui retirou do Plano de Carreira 087 a política salarial igualitária entre efetivos e convocados. Isso causou um prejuízo enorme à nossa categoria, inclusive nós já denunciávamos isso naquela época. Agora esta Casa terá a oportunidade de se redimir com a categoria e rediscutir o novo projeto, porque a política que está implementada, hoje, gerou um salário aos convocados equivalente à metade do salário dos efetivos. É evidente que nós temos de salientar uma vitória do movimento sindical e da classe política de Mato Grosso do Sul: a implementação de uma política para os efetivos, que começou no governo André Puccinelli, em 2014, passou pelo governo Reinaldo Azambuja e está sendo mantida pelo governo Eduardo Riedel. Nós temos a melhor política salarial para efetivos e aposentados e o melhor piso nacional. Isso é fruto de uma construção de nove anos e de uma política de médio e longo prazo. Agora, não é possível continuarmos com essa política de diferenciação dentre professores. O governador Eduardo Riedel sempre manteve conosco um debate democrático quando era chefe da Casa Civil no governo Azambuja. O Riedel foi um secretário que soube dialogar sobre a possibilidade de se construir e de se manter essa política que foi criada em 2014 para os efetivos. Nós entendemos que o governador Riedel tem a grande oportunidade, em seu primeiro mandato, de estabelecer uma política, presidente Gerson Claro, de recomposição do salário dos convocados. Nós sabemos que não é possível fazer isso de uma vez só. Para isso, seria necessária a concessão de um reajuste aos convocados de aproximadamente 70% este ano. O estado não dá conta de fazer isto. Tramita nesta Casa um projeto de reajuste para todos os servidores públicos de Mato Grosso do Sul, mas nós queremos que no mês de maio

seja feita uma negociação para construção de uma política de recomposição salarial para nossos profissionais. Se não for possível fazer isto no primeiro ano de mandato do governador Eduardo Riedel por questões financeiras, nós vamos entender, mas acho que o governador Riedel tem o compromisso de fazer uma política de revisão salarial para os convocados. Quero deixar registrado que há mil professores aprovados em concurso, deputados Pedro Kemp, Gerson Claro e Junior Mochi; e a chamada desses mil concursados já seria uma forma de se recompor o salário de parte dos convocados. Para encerrar, agradeço a esta Casa por não ter votado em regime de urgência o projeto que chegou aqui. Isto é importante para a democracia. Quero parabenizar a todos! Agradeço aos deputados Londres Machado, decano desta Casa, Pedro Kemp e Professor Rinaldo. Agradeço também ao presidente Gerson Claro, que nos recebeu aqui para falarmos sobre a educação. Agradeço também a esta nova geração de deputados. A deputada Gleice Jane, inclusive, participou conosco da reunião com o governo na última terça-feira. Fizeram-se presentes o secretariado do Riedel, deputados, representantes sindicais da Fetems, enfim. Quero dizer que a gente volta a esta Casa com a esperança de que está havendo o fortalecimento da democracia. Que esta Casa seja a 'caixa de ressonância' deste governo. A Fetems acompanhou a criação deste estado, sabe que ele cresceu de 1998 para cá, nos governos Zeca, André e Azambuja. Nós não queremos que este estado volte à história dos anos 1990; queremos que este estado seja pujante e exitoso, para que a sociedade tenha a melhor escola e os trabalhadores tenham os melhores salários do Brasil. Muito obrigado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Questão de ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Professor Jaime, apenas para agradecer ao senhor e aos demais membros da diretoria da Fetems pela luta em defesa da educação. Eu, o deputado Pedro Kemp e o deputado Gerson Claro, que lecionamos por mais de doze anos, e o deputado Junior Mochi, que é um parceirão nosso, meu vice-presidente aqui da comissão, entendemos e concordamos com as reivindicações da categoria. Quanto à questão da isonomia salarial, eu visito escolas quase todos os dias. Há professores doutores com 40 horas semanais, sendo 20 de concurso e 20 de convocação. Eu estou convencido de que com o apoio da nova Mesa Diretora desta Casa, liderada pelo nosso amigo Gerson Claro, e com a sensibilidade do governador Riedel, nós avançaremos. Eu acredito nisso. E sobre os vinte e três municípios que ainda não implementaram o piso salarial e sobre o Novo Ensino Médio, há duas coisas bacanas que vêm de cima: o sol, que nos fornece a vitamina D; e a chuva, que rega nossas plantações. Fora isso, tudo que é feito de baixo para cima não funciona. É impossível, Jaime, a gente colocar em prática o Novo Ensino Médio. A questão é nacional, portanto, está sendo discutida em todos os estados. Nós não temos a infraestrutura adequada. Sabemos que muita coisa é bacana, na teoria; mas na prática os professores não estão preparados para realizarem algumas atividades, e muito menos os alunos. Então é preciso que o

projeto seja construído com base no que as pessoas dizem. É necessário ouvir as pessoas, os professores, os alunos, a comunidade e o governo. Acredito que a gente vai avançar. Portanto eu quero, mais uma vez, parabenizar a Fetems. Jaime, você é um guerreiro. O Roberto também fez um belo trabalho na Fetems. Eu, o Kemp, o Gerson, o Mochi e os demais membros da nossa comissão estaremos juntos, sem radicalismo, sem partidarismo. Acredito que através do diálogo avançaremos. Nosso sonho, Jaime, é uma educação de qualidade para todos. Eu sou fruto da educação transformadora. Nós sabemos o quanto é difícil a batalha. Eu me coloco no lugar do professor, eu me coloco no lugar do administrativo. Aliás, eu sou técnico administrativo da Universidade Federal, há trinta e oito anos. Então nós precisamos avançar muito, não é verdade? E com diálogo, com sabedoria e com humildade avançaremos. Quero cumprimentar mais uma vez o Kemp pela luta que tem travado, de forma intransigente, em defesa da educação do nosso estado. O deputado Gerson Claro tem sido para todos nós o 'cara do diálogo'. Eu acredito que nós avançaremos. Parabéns, mais uma vez, Jaime Teixeira, pela defesa da educação. Que Deus abençoe os professores, que enfrentam todos esses problemas que você citou. Um dos primeiros projetos de minha autoria, Jaime, foi a criação da lei (o Kemp foi um dos que votou favorável; o Gerson não estava aqui) sobre política pública para se prevenir a violência contra o educador, porque na última escola em que lecionei, a diretora adjunta apanhou de uma garota, ela levou um tapa no rosto e caiu. A agressora foi uma garota de 16 anos que tinha seu porte físico, sua altura, Jaime. O professor recebe uma carga exaustiva na sala de aula. A meu ver, não é só a formação que é relevante, porque muitas vezes o professor precisa cuidar de um aluno que tem problema psíquico, por exemplo. Muitos alunos vão para a escola com seus traumas, muitas vezes uma família desestruturada. Então é preciso que o professor seja valorizado. Acreditamos que o governador Riedel será sensível a esta causa. Ele também esteve em sala de aula, no nível superior. Nós acreditamos que com a união de todos nós, Jaime, conseguiremos alcançar os avanços de que precisam e merecem os profissionais da educação. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu quero parabenizar o professor Jaime Teixeira, presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação, a maior entidade sindical do estado, entidade combativa. E graças à combatividade da Fetems, nós alcançamos muitos avanços na área da educação nos últimos anos. Quero registrar a presença da professora Deumeires, vice-presidente da Fetems; da senhora Olinda, secretária dos aposentados (eu também sou aposentado agora); do professor Onivan e da professora Yara. Professor Jaime, nós da Assembleia Legislativa temos o compromisso de discutir a recuperação do salário dos professores convocados; o governador Eduardo Riedel, no segundo turno das eleições, assinou uma carta-compromisso na Fetems sobre a recomposição salarial dos professores convocados. Além disso, nós temos o compromisso de discutir sobre a valorização dos servidores administrativos da educação, bem como sobre a garantia do pagamento do salário dos efetivos, de acordo com o que já foi aprovado. Para o mês de outubro, existe a previsão de reajuste — com a integralização de mais 2% do piso para 20 horas — para os professores. O compromisso do governo com a

valorização da educação passa pela valorização dos trabalhadores em educação. Quanto às prefeituras que ainda não estão cumprindo a lei do piso, eu penso que nós que temos contatos com as prefeituras, temos que cobrar dos prefeitos o pagamento do piso para todos os trabalhadores do magistério. Quero parabenizar a Fetems pela realização da Semana de Valorização da Escola Pública e dizer que nós estamos na luta pela revogação do Novo Ensino Médio. Esperamos uma nova proposta, que seja construída com a participação popular e com a participação dos maiores interessados no assunto: os professores e os alunos do ensino médio. Nós estamos à disposição da Fetems. O presidente da Comissão de Educação desta Casa, deputado Professor Rinaldo, estará sempre conosco nesta luta. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero registrar, professor Jaime, que esta Casa tem o compromisso de manter o diálogo com todos os segmentos, sindicatos, federações, corporações, sempre na defesa do interesse de Mato Grosso do Sul, não poderia ser diferente com relação à educação. Eu já conversei com o senhor no gabinete do deputado Pedro Kemp e em outras ocasiões. Acho que os avanços no que diz respeito à remuneração do professor, no que diz respeito ao financiamento da educação, acontecerão. Aliás, por pouco não perdemos o Fundeb. Mas, graças à mobilização da sociedade e dos sindicatos, nós conseguimos a implementação do modelo de financiamento da educação. Com diálogo, com manifestação, vamos avançando. Eu não tenho dúvida de que só se constrói política pública de qualidade com diálogo. O deputado Pedro Kemp não chegou a dizer, mas além dos compromissos, nós discutimos com o governador o teto de contribuição dos aposentados. Nós estamos mantendo o diálogo, estamos discutindo números com a Ageprev, com a SAD, enfim. Nós fazemos este trabalho diariamente aqui, para atendermos a esses pleitos. Nós queremos o melhor para Mato Grosso do Sul, temos compromisso com equilíbrio econômico do estado, não tenham dúvida quanto a isso. Por isso, procuramos trabalhar com bastante austeridade. Ontem eu cheguei a comentar que muita gente quer a diminuição da carga tributária, e a diminuição da carga tributária é uma obrigação nossa. A melhoria e a eficiência da administração pública passam pela diminuição da carga tributária, para se fomentar o desenvolvimento e para que a receita seja aumentada. Desta forma, nós continuamos cumprindo com as obrigações que temos com os servidores. Os vinte e quatro deputados desta Casa estão comprometidos com o equilíbrio econômico do estado e com o seu maior ativo, que é o servidor público. Os professores, portanto, dentro desse equilíbrio, podem contar com o trabalho desta Casa. Obrigado pela manifestação dos senhores. Conte com a Assembleia Legislativa.

PROFESSOR JAIME TEIXEIRA (presidente da Fetems) — A Fetems agradece, em nome dos nossos setenta e quatro sindicatos, a oportunidade e a reabertura deste espaço muito importante para a sociedade. O deputado Pedro Kemp disse que cada parlamentar aqui vem de uma regional do estado. É importante o apoio dos senhores na luta municipal. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Neste momento, está reaberta a Sessão (11h06min). Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Não há

oradores inscritos nas Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h07min).